

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 16 - JULHO/AGOSTO DE 2014

EDITORIAL

Que venha o 2º semestre

A 16ª edição do **Jornal do Professor** começa o segundo semestre trazendo, em destaque, o relevante momento de mudanças das regras para ascensão na carreira. A proposta da administração, que trazemos em detalhes, provocou um debate que revelou pensamentos opostos do que deve ser a UFG. Acompanhamos reuniões, conversamos com professores e fizemos um levantamento de como são as regras para progressão, promoção e estágio probatório em outras universidades federais brasileiras.

Nesta edição confira também como foi a cerimônia de posse da nova diretoria da Adufg Sindicato e leia a entrevista especial com a ex-presidente do sindicato, professora Rosana Borges, que fala sobre seu aprendizado à frente do sindicato, sobre vida pessoal e vida acadêmica. Às vésperas das eleições, conheça os professores da UFG que concorrem este ano a vagas na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa.

Na sessão Opinião, o professor Dijaci David, da FCS, oferece elementos para o debate sobre a desmilitarização da polícia. Cleito dos Santos, também da FCS, fala sobre como o pensamento de Marx se renova e torna-se novamente poderosa ferramenta para compreender os antagonismos do mundo contemporâneo. Trazemos ainda, em especial e exclusivamente, uma importante reflexão do professor Marcelo Andrade, do Rio de Janeiro, sobre os gastos públicos com bolsas de pesquisa.

As cores e a beleza do Cerrado são tema de exposições da professora de Anatomia Tatiana Fiúza, que se apaixonou pelo Cerrado ao pesquisar plantas medicinais. E, para encerrar, garantimos uma gostosa viagem no tempo sobre a vida no bairro de Campinas, pela memória do professor Juarez Costa Barbosa, do antigo ICHL.

Bem vindos ao trabalho e boa leitura!

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fotos: Macloys Aquino

Tatiana Fiúza



O Cerrado encantado

Tatiana Fiúza é professora de Anatomia do ICB, mas se dedica a mostrar a beleza do Cerrado. Ela monta exposições fotográficas pela preservação.

Página 15



UFG mudará suas regras para ascensão na carreira

Debate revela visões distintas de universidade

Entenda os detalhes da nova resolução

Novas normas irão ao Consuni **Páginas 12 e 13**

Memórias de um romântico



Juarez Costa Barbosa, aposentado do antigo ICHL, conta como foi obrigado a abandonar os 60 anos vividos em Campinas por causa da expansão desenfreada do comércio. **Página 16**



O DEVER CUMPRIDO – Ex-presidente da Adufg Sindicato, Rosana Borges fala de erros e acertos de sua gestão. Nova diretoria toma posse com discurso de fortalecimento sindical. **Páginas 8 a 11**



Cleito Pereira dos Santos*

A atualidade do Marxismo Libertário

Nos dias 03, 04 e 05 de setembro de 2014, estará sendo realizado em Goiânia, na Faculdade de Ciências Sociais da UFG, o III Simpósio Nacional Marxismo Libertário, promovido pelo Núcleo de Pesquisa Marxista (UEG), Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (UFG), Núcleo de Estudos e Pesquisa América Latina em Movimento (UFMS), Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural. Essa terceira edição do evento significa sua consolidação e da pesquisa marxista libertária nas universidades brasileiras. Nas universidades brasileiras, o marxismo sempre existiu, sob diversas formas, tendo algum tempo atrás um maior peso e importância na cultura brasileira e nos meios acadêmicos. A mutação do capitalismo a partir dos anos 1980 (neoliberalismo, reestruturação produtiva, etc.) promoveu um

recuo temporário do marxismo, que ressurgiu com força nos anos 2000, principalmente em suas tendências antes marginais (comunismo de conselhos, situacionismo, autonomismo). No caso brasileiro, isso ocorreu de forma um pouco mais lenta, mas dá um salto no final dos anos 2000, principalmente após a crise financeira de 2008, gerando um crescimento do interesse, debate, leitura, influência a nível mundial e nacional.

O evento reunirá distintas gerações de intelectuais e militantes ligados ao que pode ser chamado marxismo libertário (um termo amplo que apenas distingue do chamado “marxismo oficial”), tal como a geração mais antiga representada por Dóris Accioly, da Universidade de São Paulo e Cláudio Nascimento, autor de diversos livros, por um lado, e a nova geração expressa por Léo Vinicius, doutor pela Universidade de Santa Catarina, Lucas Maia e Edmilson Marques, ambos doutores pela Universidade Federal de Goiás, em Geografia e História, respectivamente, além de Nildo Viana, doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, intermediário entre as duas gerações, além de diversos outros envolvidos no evento em minicursos, Grupos de Trabalho, etc.

Assim, o evento assume grande importância ao recolocar em debate questões fundamentais das ciências humanas e do marxismo libertário, discutindo, por exemplo, o pensamento daquele que das gerações mais antigas é o grande nome do marxismo libertário no Brasil, Maurício Tragtenberg. Além disso, os debates sobre algumas revoluções proletárias inabacadas (Alemã, Espanhola

e Polonesa), as manifestações no Brasil em 2013, a crítica de Marx ao Estado, a questão das classes sociais. O evento se torna necessário por permitir a retomada de questões importantes antigas e novas, bem como reunir e articular intelectuais, professores, pesquisadores, estudantes, militantes e outros para repensar a sociedade contemporânea. Cabe destaque também o seu papel na renovação intelectual e política da qual faz parte e ao mesmo tempo reforça.

As manifestações ocorridas em 2013, o crescimento das lutas estudantis e populares, a sua retomada mais tímida esse ano e a repressão, colocam num nível de extrema importância e atualidade este evento, e a demanda pelo mesmo, com a confirmação de vinda de ônibus de diversos estados e universidades, confirma isso. Ao mesmo tempo em que há uma ascensão das lutas sociais, a teoria e a reflexão avançaram de forma limitada e tal evento incentiva a ampliação do debate sobre o Brasil e o mundo. Nesse sentido, todos estão convidados para participar e ajudar a construir um novo momento de reflexão diante de uma nova realidade social, que tende a promover transformação e mudança.

*Professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS)



Dijaci David de Oliveira*

Desmilitarizando as polícias e a sociedade

Um debate com forte presença na sociedade atual diz respeito à desmilitarização da polícia. Como em todo debate, nada é tão simples e tão fácil. E na batalha de interesses e ideias os temas vão ganhando contornos variados, mas também mais densidade.

Entre os atores contrários às propostas de desmilitarização da polícia afirma-se que tal movimento se refere a uma “política de desarmamento da polícia”, de “abolir o uso da farda”, que se trata de uma política anti-polícia, que tal proposta é anticonstitucional, ou mesmo que se trata de uma política anti-segurança. Evidentemente algumas dessas afirmações pecam pela banalidade ou só fazem sentido na lógica de uma sociedade marcada pela política do medo.

Mais que simplesmente confrontar uma instituição policial, o objeto de uma política de desmilitarização deve ser a construção de uma nova percepção de sociedade e de segurança pública. Atualmente a defesa dos bens materiais se sobrepõem a qualquer filosofia de defesa da vida. Contrariamente, o sentido da desmilitarização deve se alicerçar na defesa de uma filosofia da vida e da garantia da coexistência.

Por essa concepção, o processo de desmilitarização avança para além da estrutura policial. É seu objeto, mas não seu fim. A lógica do medo não nasce apenas nas instituições militares, mas no meio social. Está nas políticas governamentais e nos discursos de formadores de opinião.

Portanto não se pode pensar a desmilitarização apenas como uma intervenção em uma estrutura policial, a Polícia Militar. No Estado de Goiás, é evidente como a filosofia militarista avançou sobre diversas outras esferas sociais. Hoje está presente nas escolas, já dá passos largos na militarização da Guarda Municipal, e é respaldada por segmentos sociais que se sentiram aliviados quando dezenas de moradores de rua foram assassinados nos últimos anos. Para muitos, a cidade ficou “mais limpa”. O discurso militarista traz muito dessa percepção de “limpeza social”, de eliminação dos “micróbios sociais”.

Evidentemente, podemos começar questionando as razões que levam a uma valorização da instituição da Polícia Militar na sociedade atual. O pensador Michel Foucault já nos deu preciosas pistas sobre isso. O modelo instituído pelas polícias militares assegura um forte controle sobre seus agentes. A estrutura militar implica e uma exacerbação da disciplina, da obediência, da hierarquização, da submissão, e do apagamento do eu.

Ao longo de sua carreira, os modelos de treinamento, o fetiche dos armamentos, a construção da filosofia do inimigo e as regras de submissão às quais são submetidos vão produzir um distanciamento entre o sujeito e seu meio social. Logo, pensando internamente a uma estrutura militar, seria fundamental construir práticas que assegurem a consolidação de uma visão de mundo e de preparação do efetivo para a garantia da vida e de tratamento do outro como cidadão e não como “inimigo”.

Se Michel Foucault nos conduz para a compreensão dos caminhos, é Hannah Arendt quem nos ajuda a compreender o ponto final. Junto à lógica do medo em nossa sociedade e que instaura um discurso em favor de mais vigilância e mais repressão, observamos também a banalização da vida. Isto é, a transformação de um cidadão em um sujeito socialmente excluído. Sem direito e ter direitos. Portanto, desmilitarizar significa repensar também o modelo de sociedade. Menos mercadoria, mais vida.

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS). Foi escrito em coautoria com a estudante de Ciências Sociais Gêssica Barreto, orientanda de Dijaci

“As manifestações ocorridas em 2013, o crescimento das lutas estudantis e populares, a sua retomada mais tímida esse ano e a repressão, colocam num nível de extrema importância o III Simpósio Nacional Marxismo Libertário. Ao mesmo tempo em que há uma ascensão das lutas sociais, a teoria e a reflexão avançaram de forma limitada”

“No Estado de Goiás, é evidente como a filosofia militarista avançou sobre esferas sociais. Hoje está presente nas escolas, dá passos largos na militarização da Guarda Municipal, e é respaldada por segmentos que se sentiram aliviados quando dezenas de moradores de rua foram assassinados. Para muitos, a cidade ficou ‘mais limpa’”



Marcelo Andrade*

Será que sou mais um vagabundo?

Esta pergunta sempre ronda a minha cabeça quando escuto dizer que quem recebe bolsa do Estado – em especial as do Programa Bolsa Família – são “acomodados” e que dispensam o trabalho para ficar na “vagabundagem”. Após uma conversa animada com amigos sobre a importância do Programa Bolsa Família, resolvi assumir que também sou mais um “vagabundo” que recebeu e recebe bolsa do Estado.

Considere as diferentes bolsas de estudos que recebi e fiz as contas da minha “vagabundagem”. Em valores corrigidos e/ou equivalentes, eu sou um “acomodado” que teve o seguinte custo aos cofres públicos:

- Dois anos de Bolsa de Iniciação Científica, CNPq (24 x R\$ 400 = R\$ 9.600).
- Dois anos de Bolsa de Aperfeiçoamento em Pesquisa (24 x R\$ 550 = R\$ 13.200). Esta modalidade de bolsa foi extinta pelo CNPq, mas à época (1996-1998) era equivalente à Bolsa de Apoio Técnico, valor que foi aqui considerado.
- Dois anos de Bolsa de Mestrado, Capes (24 x R\$ 1.500 = R\$ 36.000).
- Dois anos de Bolsa de Doutorado CNPq (24 x R\$ 2.200 = R\$ 52.800).
- Dois anos de Taxa de Bancada de Doutorado no País (24 x R\$ 394 = R\$ 9.456). Este valor é uma vantagem da Bolsa do CNPq em relação à da Capes. Como fui um dos melhores colocados no Curso de Doutorado, fui “agraciado” com uma bolsa mais vantajosa.
- Um ano de Bolsa de Doutorado Faperj Nota 10 (12 x R\$ 3.050 = R\$ 36.600). Esta bolsa é do Fundo de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) como uma distinção àqueles estudantes de doutorado que apresentam o melhor desempenho acadêmico em suas turmas.
- Um ano de Bolsa de Doutorado no Exterior, CNPq (13 x R\$ 4.160 (€ 1.300) = R\$ 54.080), sim eles pagam uma mensalidade a mais considerada como Auxílio Instalação no país que você vai estudar. (Considere a seguinte correlação € 1 = R\$ 3,20).
- Três anos de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, CNPq (36 x R\$ 1.100 = R\$ 39.600).
- Três anos de Bolsa Jovem Cientista, Faperj (36 x R\$ 2.100 = R\$ 75.600). Em 20 anos, recebi, em valores corrigidos, R\$ 326.936. São aproximadamente R\$ 1.362,24 por mês. Mas nunca me chamaram de “vagabundo” ou consideraram que estava recebendo bolsa para ficar “acomodado”.

Após a revelação dessas cifras, meus amigos começaram a fazer várias ponderações a fim de me remover desta terrível convicção, ou seja, de que eu sou um vagabundo e, ainda por cima, durante duas décadas.

“Ah, eram bolsas para você estudar e não ficar sem fazer nada!” Sim, é verdade. Mas, por favor, não esqueçam que o Programa Bolsa Família exige que as crianças estejam matriculadas e frequentando a escola. Então, a meu ver, também funciona com uma bolsa de incentivo aos estudos. Estar matriculado e frequentando a escola não significa necessariamente que alguém aprenda algo, mas sem matrícula e frequência me parece óbvio que a escolarização esperada não poderá acontecer.

“Ah, mas foi um investimento público para formar um pesquisador que iria trabalhar pelo país!” Primeiro, vale lembrar que o Programa Bolsa Família tem sido decisivo para diminuir os níveis de analfabetismo e evasão escolar em nosso país. Criança que não frequenta a escola tem menos possibilidades de aprender a ler e, conseqüentemente, de terminar a educação básica. Sem educação básica, ninguém poderá se profissionalizar, quanto mais pensar em ser pesquisador. Segundo, é bom registrar que muitos pesquisadores formados com recursos públicos não se fixaram no país e foram trabalhar em centros de referências do exterior, mas poucas pessoas consideram que eles são vagabundos que lesaram o país. Se o país não forma seus recursos humanos, os melhores postos de trabalhos ofertados ficam vagos ou disponíveis a profissionais de outros países. Hoje precisamos “importar” médicos e engenheiros.

“Ah, mas era para você gastar em pesquisa, gerar conhecimento!” As bolsas que recebi sempre exigiram um relatório final, mas não, necessariamente, uma prestação de contas sobre como e em que gastei o recurso. Com exceções da Taxa de Bancada do Doutorado e da Bolsa Jovem Cientista, nunca tive que comprovar em que exatamente gastei o dinheiro. Tive sim que apresentar os trabalhos finais (dissertação, tese, relatórios de pesquisa), tal como o beneficiário do Bolsa Família precisa comprovar a frequência escolar e a vacinação dos filhos. No caso das bolsas de estudo e de pesquisa, pode-se, inclusive, gastar com “sexo, drogas e rock’n roll”, ao contrário da Bolsa Família que o cartão magnético não pode ser usado na compra de cigarros, bebidas alcoólicas ou em outros itens considerados não essenciais. O que quero dizer é que o controle sobre os gastos do Programa Bolsa Família são bastante rígidos, o que na maioria das vezes não acontece

com algumas modalidades de bolsas de estudos. “Ah, mas você é um cara que tem consciência, soube aproveitar as oportunidades!” Nem deveria responder a esta ponderação, pois o pressuposto é que pessoas pobres não sabem aproveitar as oportunidades. Vim de uma família muito simples, de gente trabalhadora e com poucos recursos. Meus pais tinham poucos anos de escolaridade e tiveram oito filhos. Sem as bolsas de estudo não poderia ter chegado aonde cheguei e nem teria ajudado outros a avançar socialmente. Se tivessem lançado sobre mim a dúvida que não era merecedor das bolsas, talvez, eu tivesse acreditado, desde muito jovem, que era um “vagabundo mamando nas tetas do governo”, só para ficar estudando. Mas, ao contrário, o privilégio (sim, bolsas de estudo num país de gente que passa fome é um privilégio) de receber uma bolsa de estudo nunca me trouxe nenhum rótulo negativo, mas me impulsionou, desde a iniciação científica, a estudar mais.

“Ah, mas estas bolsas não estimulavam você ter mais filhos e se manter na pobreza”. As pesquisas sobre controle demográfico apontam que quanto mais uma população é escolarizada maior é o controle sobre a natalidade, ou seja, o melhor “anti-concepcional” que existe é aumentar o nível educacional da população, principalmente das mulheres. Assim, em longo prazo, a Bolsa Família ajudará no controle da natalidade, se isso for realmente um problema.

Após as ponderações de meus amigos, concluí que investimento que exige como contrapartida mais educação e cuidado com a saúde não poderia formar uma geração de vagabundos. Tenho clareza que os fundos de pesquisa dos quais participei formaram uma geração de pesquisadores e, muitos deles, fortemente comprometidos com o país. Se investimento público em estudos gera vagabundos, então, eu sou um deles. E há muitos outros por aí. Alguns, inclusive, contrários à Bolsa Família.

Estas breves reflexões sobre minhas bolsas de estudos e o Programa Bolsa Família foram publicadas numa rede social. O texto alcançou mais de 25 mil compartilhamentos em pouco mais de uma semana. Pude acompanhar o que as pessoas vinculam ao meu texto. A maioria concorda, agradece os argumentos e parabeniza por divulgar os valores, que para muita gente é um tanto misterioso. Na verdade, os valores são públicos e é fácil chegar a esta conta vendo o Currículo Lattes de cada pesquisador. Por outro lado, alguns me acusam de defensor do governo, de assistencialista ou esmoleiro. Não sou filiado a nenhum partido político

e não fiz defesa de nenhum governo, mas de um programa de transferência de renda mínima vinculada à educação e saúde que atravessa governos, de um e de outro partido.

Quis mostrar que o Programa Bolsa Família não é um incentivo à vagabundagem. Não acho que seja “dar o peixe”, mas sim “ensinar a pescar”. Por que manter crianças na escola – especialmente as mais pobres – seria “dar o peixe”? Ir à escola não seria uma das maneiras mais importante de “ensinar a pescar”? Com este simples incentivo, as crianças mais pobres podem se manter na escola e o trabalho infantil – que, durante gerações, condenou-os ao ciclo de baixa escolaridade, pouca profissionalização e baixos rendimentos – deixa de ser uma alternativa atraente.

Ninguém – jamais – fez um julgamento pejorativo sobre o fato de eu ser bolsista da Capes, CNPq ou Faperj. Ninguém nunca me chamou de vagabundo por isso. Sempre me olharam com respeito por eu ter uma bolsa de estudos. Mas, se algo semelhante é feito para os mais pobres é esmola. Como assim?! Minha hipótese é que as bolsas de estudo e pesquisa envolvem um argumento um tanto confuso sobre o “mérito” enquanto a Bolsa Família é, a meu juízo, uma clara ação de justiça social, de tentativa de promoção de igualdade. Assim, numa sociedade na qual o mérito vale mais que a justiça e a igualdade, eu me tornei um bolsista “respeitável” e os que recebem Bolsa Família são pejorativamente “estigmatizáveis”, ou seja, são “vagabundos” e “acomodados”.

Lamento, sinceramente, em perceber que neste país o mérito e os privilégios dele derivados sejam mais valorizados que a justiça e a igualdade. Acho que isso sim é uma inversão de valores. Sempre aprendi que a justiça seria a promoção das melhores condições para todos e não apenas para aqueles que supostamente são os mais capazes para usufruir das melhores oportunidades.

Depois dessas reflexões duas novas questões me surgiram: (a) se eu posso receber bolsa para pesquisar a escola, por que o menino e a menina que mais precisam da escola não podem receber uma bolsa mínima para ir à mesma escola que pesquiso e sou remunerado para isso? (b) será que, na verdade, me tornei um vagabundo e me levaram a crer que eu era um pesquisador “respeitável”? Vou continuar me questionando sobre isso.

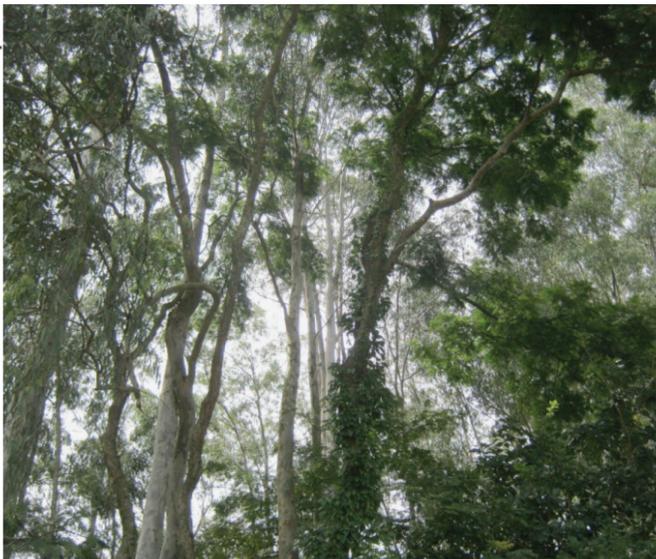
* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. E-mails: marcelo-andrade@puc-rio.br; marcelo.andrade@pesquisador.cnpq.br



CARTAS DOS LEITORES

• *Cumprimento o presidente da Adufg Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, pelo brilhante trabalho que vem realizando à frente deste importante sindicato e agradeço pelo recebimento do **Jornal do Professor**. Com estima e consideração, coloco-me ao dispor em nosso gabinete.*
Carlos Antônio, deputado, líder do Solidariedade e presidente da Comissão da Criança e do Adolescente.

Arquivo



Frederico Oliveira



À esquerda, imagem de arquivo do campo, quando os antigos eucaliptos ainda viviam na Escola de Agronomia; à direita, o descampado, após a derrubada das árvores com mais de 40 anos: indignação

• *A propósito da reportagem “Derrubada de eucaliptos de 40 anos indigna professores”, publicada na edição do **Jornal do Professor** dos meses de maio/junho de 2014, manifesto minha indignação de maneira mais acentuada, por ter sido o responsável pelo plantio desse povoamento de eucaliptos na área da Escola de Agronomia no início da década de 1970.*

Integrante da segunda turma do curso de agronomia me diplomei em 1967 e já em 1968, como professor auxiliar de ensino, assumi a responsabilidade pela disciplina de Silvicultura do curso de Agronomia e, desde então, fiquei responsável pelo setor de arborização da EA. Escolhi as espécies a serem plantadas, o local do plantio, etc., e meu amigo e servidor de campo David Marques de Sousa, o “Seu Davi”, executava os plantios e cuidou das mesmas até a idade adulta. Esse servidor humilde, sempre risonho, de mãos calejadas, me acompanhou ao longo de quase trinta anos nessa missão. Sem dúvida nenhuma, fomos os responsáveis pela totalidade do plantio das árvores que arborizaram a EA e também a Escola de Veterinária, até o ano de 1995. Posteriormente, a partir dessa época, essa função passou a ser exercida pelo professor Jácomo Divino Borges.

Como se sabe, a cultura do eucalipto no Brasil foi introduzida pelo engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade, no início do Século XX, a partir de 1904, tendo como campo experimental, entre outros, o horto florestal da cidade de Rio Claro (SP). Foi nesse horto florestal que sementes de várias espécies de eucaliptos oriundas da Austrália – região de ocorrência natural do gênero Eucalyptus – foram semeadas produzindo árvores pioneiras no Brasil. Dentre essas árvores, aquelas de maior porte e diâmetro foram escolhidas como árvores matrizes para a coleta de sementes e propagação de mudas. Dessas árvores matrizes foram coletadas as sementes para os primeiros plantios comerciais de eucalipto no Brasil. Foi também de algumas dessas árvores as sementes que deram origem às mudas produzidas e plantadas na EA, senão vejamos.

Em 1972 iniciava meu curso de pós-graduação stricto sensu em Fitotecnia, na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo – (ESALQ-USP), na cidade de Piracicaba

(SP), sob a coordenação do então Departamento Florestal daquela conceituada escola. Na condição de aluno desse curso assisti muitas aulas nas dependências do Horto Florestal de Rio Claro, cidade próxima à cidade de Piracicaba. No mês de agosto de 1972, numa dessas aulas, adquirei cerca de trinta gramas de sementes de Eucalyptus citriodora (o eucalipto cheiroso, cuja essência é largamente usado em produtos para saunas e outros ambientes). No tradicional recesso da semana da pátria na ESALQ, em setembro de 1972, vindo para Goiânia, trouxe essas sementes e aqui orientei ao Seu Davi como produzir as mudas no viveiro. Nas férias de janeiro de 1973, escolhi o local do plantio definitivo e, num espaçamento inicial de 2,5 x 2,5 metros, o Seu Davi, com outros operários, fizeram o plantio. Portanto, essas árvores contavam com mais de 41 anos de idade, pertencentes à geração F2 daquelas árvores oriundas da Austrália, fato relevante e histórico para a EA e que, lamentavelmente, foram ceifadas em poucas horas. Tenho minhas dúvidas se o melhor local para a edificação do prédio da Engenharia de Biosistemas seria esse onde se encontravam plantadas essas árvores. Não foi um bom exemplo da Escola de Agronomia para a comunidade universitária goiana.

Com o passar dos anos, essas mudas cresceram, tornaram-se árvores frondosas, embelezaram o visual da EA e, nas manhãs, exalavam um aroma perfumado característico dessa espécie. Utilizei esse pequeno povoamento de eucalipto para ministrar minhas aulas de Dendrometria – mensuração de árvores – e posso afirmar que algumas árvores, na data do abate, já tinham mais de 30 m de altura e diâmetro (DAP) maior acima de 60 cm.

Me vêm à lembrança agora as palavras muitas vezes ditas pelo Seu Davi: “Prof. Ney, enquanto outros professores da EA plantam alface, tomate, arroz, nós plantamos árvores que ficarão por muitos e muitos anos e sempre seremos lembrados”. Verdade! Esse foi o legado que deixamos fincado na EA. Se “Seu Davi” vivo estivesse, certamente estaria muito triste com esse lamentável fato, como eu estou.

Raimundo Ney de Macedo Lima, professor aposentado da Escola de Agronomia (EA).

Adufg

SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora Echegaray
Diretora Adjunta para
Assuntos dos Aposentados e
Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 16
JULHO/AGOSTO DE 2014
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

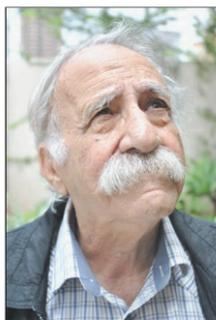
Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato



RESPINGOS

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes

TCU investe contra aposentado com FC

Após uma dezena de anos, o TCU investe contra docentes aposentados que exerceram função comissionada (FC), para reduzir seus salários. Assim que a universidade remeteu comunicados, professores, acostumados com seus vencimentos, começaram uma correria para formalizar suas defesas, maior parte feita pela assessoria jurídica da Adufg Sindicato.

Há caso de perda de até R\$ 5 mil por mês. A propósito, a lição de Carlos Britto, quando ministro do STF, num mandado de segurança: "O prazo de cinco anos é de ser aplicado aos processos de contas que tenham por objeto o exame de legalidade dos atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões". Se esse exame já foi realizado, por que retomá-lo?

Isonomia?

O MEC precisa pressionar a presidência da República para que a situação dos professores aposentados – titulares, adjuntos ou assistentes – sejam beneficiados por competência didática ou científica, independente de doutorado ou mestrado. Onde há isonomia? Seria o caso de o Proifes Federação também pressionar.

Macloys Aquino



Desafio à comunicação

Os professores da FIC Goiamérica dos Santos (foto), Tiago Mainieri de Oliveira e Ana Carolina Temer apresentam trabalhos no XII Congresso da Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação (Alaic), na primeira semana de agosto, em Lima, no Peru. Em pauta, os desafios da comunicação frente às novas formas de atuação das redes sociais.

Atenção, FE!

O adoecimento e a deserção de professores de escolas públicas deveriam ser entendidos como um problema político, relacionado à ordem estatal, e não como patologia ou coisa relacionada a desvio moral de educandos ou de professores. É o que defende o historiador Danilo Camargo, em dissertação de mestrado orientada por Julio Groppa Aquino.

É que

O cotidiano escolar é insuportável para a maioria dos professores. Mas a insistência em colocar a escola nos eixos e nunca questioná-la como instituição seria a causa do problema, disse Danilo à Agência USP de Notícias. A dissertação "O abolicionismo escolar: reflexões a partir do adoecimento e da deserção dos professores" foi defendida este ano na Faculdade de Educação da USP.

Índio homossexual

Num mapeamento sobre homossexualidade indígena no Brasil, o professor Estevão Rafael Fernandes, da Universidade Federal de Rondônia, mostra que a prática era comum em sociedades brasileiras e que não havia estigma sobre essas pessoas por parte de seu grupo.

Depravação

"É comum ouvir que os casos existem por conta da 'perda de cultura' ou da 'depravação advinda do contato'. O que os missionários e colonizadores percebiam como depravação era, muitas vezes, percebido como potencial xamânico pelos indígenas", disse Estevão em texto publicado pelas agências Ninja e Oximity.

JORNAL DOS SPORTS, Sexta-feira, 21/11/1980 11

Eduardo Portella acha que vestibular pode acabar

BRASÍLIA (Sucursal) — "Nós não comecemos, em nenhum momento, a ingenuidade de imaginar que o vestibular vai resolver, por si só, o problema da qualidade do ensino superior. Isso seria pensar o problema da Educação ao nível dos efeitos e não ao nível das causas. E o vestibular não é causa, é efeito".

Essa declaração é do Ministro Eduardo Portella, e foi feita em palestra na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. O titular do MEC acrescentou que se forem consolidadas as estruturas básicas, "poderemos chegar um dia até a prescindir do vestibular, mas enquanto isso não acontece, ele é um mecanismo de seleção insubstituível".

Proseguiu o Ministro dizendo que "por isso, a reforma do vestibular é no sentido de torná-lo mais individualizado e exigir uma maior

reflexão individual do candidato, não jogar o candidato nessa vala comum da inconsciência e da inconseqüência. Procurar fazer, portanto, com que o candidato, por exemplo, tenha um razoável domínio do idioma nacional".

Observou o prof. Eduardo Portella que houve um tempo em que o modelo tecnocrático chegou ao ponto de imaginar que o candidato destinado ao curso de Química não precisava conhecer a Língua Portuguesa.

"Dispor da linguagem é criar as possibilidades de existência. Por isso, nós tivemos que redimensionar, conferindo um peso todo especial ao idioma nacional. Esse trabalho desestimulará, também, a corrida irracional às universidades, e poderá contribuir — nós esperamos — para um nível seletivo bastante mais conveniente", concluiu.

Começo do fim do vestibular

Em 1980, o então ministro da Educação, Eduardo Portella – com quem, como dirigente da Adufg, tive a honra de negociar – já questionava o vestibular como único meio de entrada na universidade, algo que se concretiza agora na UFG, 34 anos depois, com a adesão total ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A reprodução acima é de exemplar do extinto *Jornal dos Sports*, de 1980.

Ministro doutor

Se Aloizio Mercadante, senador licenciado e chefe da Casa Civil da presidência da República, fosse docente de universidade federal, só teria direito a retribuição por titulação como doutor a contar de 2012. Afinal, apesar de seus 20 anos ou mais como professor de Economia na Unicamp e PUC SP, só recentemente defendeu tese de doutorado.

Ebserh no Consuni

O vice-reitor, Manoel Chaves, disse, na reunião de julho do Consuni, que a reitoria tem o compromisso de levar ao conselho a discussão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), "mesmo que a reitoria tenha prerrogativa de assinar isso sozinha". Se a proposta for aprovada, a Ebserh pode assumir o comando do HC este ano. O Ministério Público Federal (MPF) já sinalizou ser favorável, ao contrário da Procuradoria Geral da República (PGR), que tenta derrubar a proposta.

Cinco lutos

Em julho, o Brasil perdeu cinco grandes escritores, que também eram professores aposentados. Ivan Junqueira foi professor da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Ariano Suassuna, embora paraibano, era aposentado da UFPE. João Ubaldo Ribeiro, jornalista, era aposentado pela UFBA. Rubem Alves foi professor da Unicamp e Rogério Mourão, talvez o maior astrônomo brasileiro, era ligado à UERJ.

Adufg recebe encontro do Proifesp

A Adufg Sindicato foi anfitriã do X Encontro Nacional do Proifesp-Federação, que ocorreu entre os dias 31 de julho e 04 de agosto passados, no Mercure Goiânia Hotel. O evento demonstrou a consolidação da entidade nacional – que comemora 10 anos em 2014 – na influência de políticas educacionais e na vida docente.

Professores de todo Brasil debateram importantes temas como a organização sindical na América Latina, a Conferência Nacional de Educação (Conae) e o Fórum Nacional da Educação

(FNE). Delegados votaram para construção de minutas de projeto de lei sobre autonomia universitária, carreira docente e salários para 2016-2018, expansão do ensino público federal, condições de trabalho, aposentadoria e previdência.

Diretores da Adufg Sindicato participaram ativamente como delegados ou observadores. A cobertura completa do encontro virá na próxima edição do **Jornal do Professor**.

Macloys Aquino



Daniel Christino e Flávio Alves, vice-presidente e presidente da Adufg

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - MARÇO/2014

| | Valor R\$ | | | | |
|---|-------------------|--|------------------|--|-------------------|
| 1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros | | 2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet | 1.684,29 | 2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados | 0,00 |
| 1.1- Contribuição Associados - Mensalidades | 215.432,53 | 2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner | 2.124,90 | 2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre | 41.696,14 |
| 1.2- Ingressos, Eventos e Festas | 0,00 | 2.2.11- Hospedagem e manutenção de site | 232,16 | Total R\$ | 80.247,37 |
| 1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida | 1.432,36 | 2.2.12- Vigilância e Segurança | 233,70 | 2.4- Despesas Tributárias e Contribuições | |
| 1.4- Receitas Financeiras Líquidas | 0,00 | 2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal | 1.000,00 | 2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto. | 531,51 |
| 1.5- Outras Receitas | 500,00 | 2.2.14- Honorários Jornalísticos | 0,00 | 2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores | 2.962,05 |
| 1.6- Resgate de aplicações financeiras | 80.000,00 | 2.2.15- Serviços de Informática | 1.000,00 | 2.4.3- Proifesp-Fórum de Professores | 19.307,08 |
| Total R\$ | 297.364,89 | 2.2.16- Outros Serviços de Terceiros | 3.310,00 | 2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições | 2.811,11 |
| | | 2.2.17- Água e Esgoto | 634,12 | Total R\$ | 25.611,75 |
| | | Total R\$ | 22.654,48 | Total Geral dos Custos e Desp. Operacionais R\$ | 184.411,34 |
| 2- Custos e Despesas Operacionais | | 2.3- Despesas Gerais | | 3- Resultado do exercício 03.2014 (1-2) | 112.953,55 |
| 2.1- Despesas com Pessoal | | 2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes | 1.546,59 | 4- Atividades de Investimentos | |
| 2.1.1- Salários e Ordenados | 21.062,11 | 2.3.2- Despesas com Coral | 1.671,31 | 4.1- Imobilizado | |
| 2.1.2- Encargos Sociais | 30.272,57 | 2.3.3- Diária de Viagens | 3.776,80 | 4.1.1- Construções e Edificações | 88.522,32 |
| 2.1.3- Seguro de Vida | 293,03 | 2.3.4- Tarifas Bancárias | 125,58 | 4.1.2- Máquinas e Equipamentos | 446,00 |
| 2.1.4- Outras Despesas com Pessoal | 2.478,94 | 2.3.5- Lanches e Refeições | 1.079,38 | 4.1.3- Veículos | 0,00 |
| 2.1.5- Ginástica Laboral | 724,00 | 2.3.6- Quintart | 6.977,44 | 4.1.4- Móveis e Utensílios | 0,00 |
| 2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários | 1.067,09 | 2.3.7- Patrocínios e doações | 1.798,07 | 4.1.5- Computadores e Periféricos | 0,00 |
| 2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões | 0,00 | 2.3.8- Manutenção de Veículos | 0,00 | 4.1.6- Outras Imobilizações | 2.331,00 |
| Total R\$ | 55.897,74 | 2.3.9- Festa/Reuniões e Greves | 1.142,18 | Total R\$ | 91.299,32 |
| | | 2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres | 771,88 | 4.2- Intangível | |
| 2.2- Serviços Prestados por Terceiros | | 2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa | 615,42 | 4.2.1- Programas de Computador | 0,00 |
| 2.2.1- Cessão de Uso de Software | 1.324,84 | 2.3.12- Despesas com a Sede Campestre | 2.102,11 | Total R\$ | 0,00 |
| 2.2.2- Despesas com Correios | 294,33 | 2.3.13- Hospedagens Hotéis | 170,00 | Total Geral dos Investimentos R\$ | 91.299,32 |
| 2.2.3- Energia Elétrica | 1.309,14 | 2.3.14- Material de expediente | 983,97 | 5- Resultado Geral do exercício 03.2014 (3-4) | 21.654,23 |
| 2.2.4- Honorários Advocatícios | 2.500,00 | 2.3.15- Festa Final de ano e natalinas | 0,00 | | |
| 2.2.5- Honorários Contábeis | 2.172,00 | 2.3.16- Outras despesas diversas | 13.213,32 | | |
| 2.2.6- Locação de Equipamentos | 450,00 | 2.3.17- Manutenção e Conservação | 641,12 | | |
| 2.2.7- Serviços Gráficos | 3.400,00 | 2.3.18- Homenagens e Condecorações | 1.750,00 | | |
| 2.2.8- Honorários de Auditoria | 985,00 | 2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí | 186,06 | | |

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa

Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - ABRIL/2014

| | Valor R\$ | | | | |
|---|-------------------|--|------------------|--|-------------------|
| 1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros | | 2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet | 1.992,30 | 2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados | 0,00 |
| 1.1- Contribuição Associados - Mensalidades | 206.740,81 | 2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner | 770,00 | 2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre | 67.433,42 |
| 1.2- Ingressos, Eventos e Festas | 1.352,00 | 2.2.11- Hospedagem e manutenção de site | 232,16 | Total R\$ | 116.728,86 |
| 1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida | 1.432,37 | 2.2.12- Vigilância e Segurança | 442,70 | 2.4- Despesas Tributárias e Contribuições | |
| 1.4- Receitas Financeiras Líquidas | 0,00 | 2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal | 1.000,00 | 2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto. | 553,47 |
| 1.5- Outras Receitas | 500,00 | 2.2.14- Honorários Jornalísticos | 0,00 | 2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores | 3.121,41 |
| 1.6- Resgate de aplicações financeiras | 100.000,00 | 2.2.15- Serviços de Informática | 1.000,00 | 2.4.3- Proifesp-Fórum de Professores | 19.327,40 |
| Total R\$ | 310.025,18 | 2.2.16- Outros Serviços de Terceiros | 2.930,00 | 2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições | 30.842,85 |
| | | 2.2.17- Água e Esgoto | 629,80 | Total R\$ | 53.845,13 |
| | | Total R\$ | 25.091,39 | Total Geral dos Custos e Desp. Operacionais R\$ | 259.077,38 |
| 2- Custos e Despesas Operacionais | | 2.3- Despesas Gerais | | 3- Resultado do exercício 04.2014 (1-2) | 50.947,80 |
| 2.1- Despesas com Pessoal | | 2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes | 2.425,38 | 4- Atividades de Investimentos | |
| 2.1.1- Salários e Ordenados | 25.632,74 | 2.3.2- Despesas com Coral | 1.702,98 | 4.1- Imobilizado | |
| 2.1.2- Encargos Sociais | 30.897,61 | 2.3.3- Diária de Viagens | 3.262,70 | 4.1.1- Construções e Edificações | 63.897,41 |
| 2.1.3- Seguro de Vida | 293,03 | 2.3.4- Tarifas Bancárias | 133,02 | 4.1.2- Máquinas e Equipamentos | 0,00 |
| 2.1.4- Outras Despesas com Pessoal | 2.018,19 | 2.3.5- Lanches e Refeições | 1.275,25 | 4.1.3- Veículos | 0,00 |
| 2.1.5- Ginástica Laboral | 724,00 | 2.3.6- Quintart | 7.672,71 | 4.1.4- Móveis e Utensílios | 445,00 |
| 2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários | 2.134,18 | 2.3.7- Patrocínios e doações | 2.668,00 | 4.1.5- Computadores e Periféricos | 0,00 |
| 2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões | 1.712,25 | 2.3.8- Manutenção de Veículos | 6.259,68 | 4.1.6- Outras Imobilizações | 2.377,74 |
| Total R\$ | 63.412,00 | 2.3.9- Festa/Reuniões e Greves | 1.615,49 | Total R\$ | 66.720,15 |
| | | 2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres | 2.926,08 | 4.2- Intangível | |
| 2.2- Serviços Prestados por Terceiros | | 2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa | 151,00 | 4.2.1- Programas de Computador | 0,00 |
| 2.2.1- Cessão de Uso de Software | 1.324,84 | 2.3.12- Despesas com a Sede Campestre | 2.310,92 | Total R\$ | 0,00 |
| 2.2.2- Despesas com Correios | 2.555,29 | 2.3.13- Hospedagens Hotéis | 393,75 | Total Geral dos Investimentos R\$ | 66.720,15 |
| 2.2.3- Energia Elétrica | 1.217,30 | 2.3.14- Material de expediente | 925,62 | 5- Resultado Geral do exercício 04.2014 (3-4) | -15.772,35 |
| 2.2.4- Honorários Advocatícios | 2.500,00 | 2.3.15- Festa Final de ano e natalinas | 0,00 | | |
| 2.2.5- Honorários Contábeis | 2.172,00 | 2.3.16- Outras despesas diversas | 13.232,44 | | |
| 2.2.6- Locação de Equipamentos | 450,00 | 2.3.17- Manutenção e Conservação | 1.644,47 | | |
| 2.2.7- Serviços Gráficos | 4.890,00 | 2.3.18- Homenagens e Condecorações | 279,95 | | |
| 2.2.8- Honorários de Auditoria | 985,00 | 2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí | 416,00 | | |

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa

Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Começa adequação ao estatuto

Resoluções apreciadas no Consuni influenciam toda estrutura administrativa da UFG. Fique por dentro das mudanças do novo ordenamento

A UFG se adequa administrativamente ao novo estatuto em agosto. Resoluções que reestruturam as regionais e seus conselhos deliberativos, suas composições e atribuições, começaram a ser apreciadas no Consuni do dia primeiro de agosto.

Em função do novo estatuto, as regionais têm de se organizar em unidades acadêmicas. Uma das resoluções a ser discutida cria, em Catalão, unidades acadêmicas especiais e coordenações – espécie de seccionais das pró-reitorias. Docentes também apreciarão resolução que discute as competências das câmaras superiores setoriais e câmaras regionais setoriais da UFG. São criadas as câmaras regionais de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação.

Entenda as principais mudanças

UNIDADE ACADÊMICA

De acordo com o estatuto, uma unidade acadêmica abriga cursos de graduação, mestrado e doutorado e desenvolve ensino, pesquisa e extensão. Para existir, precisa ter pelo menos quatro cursos de graduação de uma mesma área do conhecimento, ou abrigar três cursos de graduação e um mestrado.

Também pode ser uma unidade acadêmica a aglutinação de dois cursos de graduação, e dois mestrados ou um mestrado e um doutorado.

Uma unidade acadêmica deve adotar como nome um dos seguintes termos: faculdade, escola, instituto, centro, ou outro nome aprovado pelo Consuni. Ainda são necessárias as instalações físicas para seu funcionamento e a gratificação de seus dirigentes.

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL

Já a unidade acadêmica especial é a aglutinação de um ou mais cursos de graduação, mas que não cumpre todos os requisitos anteriormente citados. Ela também exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão e pode tornar-se unidade acadêmica futuramente. Só é criada quando o Consuni entende que os cursos e programas nela abrigados não podem vincular-se a uma unidade acadêmica já existente.

Ao contrário da unidade acadêmica, esta deve ser denominada de Unidade Acadêmica Especial, seguido por caracterização dos cursos que a compõem. A relação de unidades acadêmicas especiais de cada regional será definida pelo Consuni. Enquanto a unidade acadêmica tem o Conselho Diretor e direção, a unidade acadêmica especial possui o Colegiado e a chefia.

CÂMARAS SUPERIORES

• GRADUAÇÃO

A Câmara Superior de Graduação é composta pelo respectivo pró-reitor e pró-reitor adjunto, os coordenadores de Graduação das regionais e 30 representantes das câmaras regionais de Graduação. Também participam até quatro diretores de órgãos suplementares da UFG cujas atribuições envolvem a graduação e representantes de estudantes, docentes e técnico-administrativos (nove de cada categoria).

• PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A Câmara Superior de Pesquisa e Pós-Graduação tem participação do pró-reitor de Pós-Graduação, o pró-reitor de Pesquisa e Inovação, seus respectivos pró-reitores adjuntos e coordenadores de Pesquisa e Pós-Graduação das regionais. Ainda participam 30 representantes dos coordenadores de pós-graduação stricto sensu ou coordenadores de pesquisa e até quatro diretores de órgãos da UFG ligados à pesquisa. Também há nove representantes de cada categoria.

• EXTENSÃO E CULTURA

A Câmara Superior de Extensão e Cultura segue a mesma estrutura, envolvendo o pró-reitor e pró-reitor Adjunto da área, coordenadores de Extensão e Cultura, 30 representantes de presidentes de comissões de extensão das unidades acadêmicas, até quatro diretores de órgãos suplementares e nove representantes de cada categoria. Na mesma reunião do Consuni, ainda será apreciada a criação das câmaras setoriais regionais.

CÂMARAS REGIONAIS

• GRADUAÇÃO

A Câmara Regional de Graduação é presidida pelo pró-reitor adjunto de Graduação (em Goiânia) ou pelos coordenadores de Graduação das regionais. Participam ainda 40 coordenadores de cursos de graduação e habilitações – no mínimo um por unidade acadêmica. Também participa um coordenador das etapas de educação básica e representantes estudantis, compondo 15% dos membros.

Em unidades acadêmicas com mais de 40 coordenadores, é feito cálculo que estabelece máximo de três coordenadores por unidade acadêmica. Outra resolução a ser apreciada na próxima reunião define a quantidade de representantes da Regional Goiânia em sua Câmara Regional de Graduação.

• PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A Câmara Regional de Pesquisa e Pós-Graduação em Goiânia é presidida pelo pró-reitor adjunto de Pós-Graduação e tem como vice-presidente o pró-reitor Adjunto de Pesquisa e Inovação. Nas outras regionais, é presidida pelo Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação.

Participam da Câmara 30 coordenadores de programas de mestrado e doutorado oferecidos por cada regional. Se o número de programas de pós-graduação stricto sen-

su oferecido for menor ou igual a 30, todos participam da Câmara Regional de Pesquisa e Pós-Graduação.

No máximo três coordenadores de pós-graduação por unidade acadêmica participam da Câmara. Para o cálculo, será considerado o número de programas de mestrado e doutorado por área de conhecimento. Também participam os coordenadores de pesquisa de unidades acadêmicas e unidades acadêmicas especiais, onde houver. Ainda participam estudantes, em fração de 15%.

Outra resolução em discussão estabelece o número de representantes dos programas de pós-graduação stricto sensu e de unidades acadêmicas da Regional Goiânia na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação desta regional.

• EXTENSÃO E CULTURA

Já a Câmara Regional de Extensão e Cultura é presidida pelo pró-reitor adjunto de Extensão e Cultura (na Regional Goiânia) ou pelos coordenadores de Extensão e Cultura das regionais. Participam os presidentes de comissões das unidades acadêmicas relacionadas às atividades de extensão e 15% de estudantes.

40
coordenadores de cursos de graduação e habilitações – no mínimo um por unidade acadêmica – participam da Câmara Regional de Graduação

Sentimento de dever cumprido

Ex-presidente da Adufg Sindicato, Rosana Borges fala do aprendizado à frente da entidade, do legado que fica, de erros e acertos. Relembra momentos de tensão e de conquista. “Não acho que enfrentei divergências com professores. As divergências num sindicato nunca são, ou não deveriam ser, algo particularizado”, diz. Confira.

Macloys Aquino



Rosana, no escritório de casa: “Vai ver que é um pouco da energia de Iansã, desse jeito cigano que tenho na minha alma”, diz, ao explicar como desenvolveu tantas atividades ao mesmo tempo

QUEM É Rosana Borges

Graduada em Comunicação Social, mestre em Educação Brasileira e doutora em Geografia, todos pela UFG. Foi vice-presidente e presidente da Adufg Sindicato, gerente da TV UFG, coordenadora da Rede Ifes. Atualmente coordena o Telelab (Laboratório de Produções Televisivas e Audiovisuais) e é professora da FIC.

Jornal do Professor – Que legado acredita ter deixado na Adufg?

Rosana Maria Ribeiro Borges – Quando se trata de uma construção coletiva, não acredito em legados individuais. Penso que a nossa gestão deixa a casa mais organizada em termos administrativos e financeiros. Politicamente, também temos muito a registrar, como a reconstrução do Conselho de Representantes, que, há dez anos, estava inativo; a aproximação com o Proifes-Federação; a Sede Administrativa em Jataí; a ampliação do patrimônio material da Adufg e o fortalecimento do patrimônio simbólico. Contudo, sem dúvida, o fortalecimento do movimento sindical da nossa categoria na UFG é o maior legado que deixamos.

JP – Qual foi o momento mais tenso de sua gestão?

Rosana Borges – Sem dúvida, o momento mais tenso foi deflagrado no dia 06 de junho de 2012, durante a assembleia que foi suspensa. Particularmente, eu nunca havia pensado que participaria de um momento tão tumultuado como aquele. Até hoje eu não consigo ver o vídeo daquela assembleia, os xingamentos, socos, pontapés e a confusão generalizada. Mas penso que o bom senso se sobressaiu e a história se incumbiu de distensionar o que precisava ser distensionado.

JP – Você enfrentou divergências com professores. Essas divergências permanecem ou foram superadas?

Rosana Borges – Não acho que enfrentei divergências com professores, porque as divergências que podem ocorrer num sindicato – estando ou não à frente de sua gestão – nunca são, ou não deveriam ser, algo particularizado, individualizado, nomeado ou encarnado nessa ou naquela pessoa. Mesmo porque são poucos os professores da UFG que conheço particularmente para apontar alguma divergência no campo pessoal. Considero que, enquanto gestão, enfrentamos divergên-

cias com grupos políticos, divergências ideológicas, divergências de princípios, de conduta. Estas divergências permanecem – e estiveram muito claras no recente debate eleitoral que tivemos aqui na Adufg. Contudo, ao menos da minha parte, elas ficam no campo político, do embate das ideias. Não sou uma pessoa que cultiva inimizades pessoais, embora, como todos, tenha sim alguns desafetos originários de desencontros de conduta na vida dentro e fora da universidade.

JP – Quais as maiores dificuldades administrativas durante sua gestão? Gerir uma entidade colegiada é mais fácil ou mais difícil?

Rosana Borges – Gerir uma entidade como a Adufg requer uma força coletiva muito grande. No tempo em que estive à frente da gestão, sempre procurei construir uma administração colegiada, na qual a Diretoria Executiva e os fóruns da entidade contribuíram nos processos

deliberativos. Contudo, não acredito em “coletivismo”. Se uma Diretoria é eleita, ela tem, inclusive por força estatutária, a obrigação de dar o direcionamento à entidade, respeitando-se, obviamente, os fóruns consultivos e deliberativos. As questões administrativas fazem parte do cotidiano da Adufg. É tanto papel e cheque para assinar que eu até perdi a conta, sem falar nos sistemas, nas burocracias, nos cartórios, enfim, nas demandas do dia a dia mesmo. Mas com a atuação certa e constante dos diretores e o quadro profissional de funcionários, considero que a administração da Adufg não é uma frente que apresentou muitas dificuldades.

JP – Como avalia o movimento docente na UFG?

Rosana Borges – Penso que estamos vivendo um novo momento do movimento docente na UFG, impactado por duas questões: a primeira, diz respeito à organização sindical da nossa entidade,

que, em 2011, por força de assembleia, foi transformada em sindicato. Digo isso porque existem diferenças entre uma associação e um sindicato, e, como o sindicato é algo novo para nós, estamos no início da sua construção, e muito há o que se fazer ainda para que a Adufg tenha uma atuação mais sindical, sem deixar de lado o seu legado histórico – e bem-vindo, ao meu olhar – de associação. A segunda questão está relacionada ao novo – novo momento do país, das universidades federais brasileiras, novos professores, novos cursos, novos problemas, novos paradigmas que requerem atenção. Essas duas questões – a organização sindical e as novas demandas – impactam no movimento docente na UFG, que tende, a meu ver, a se fortalecer, com mais pessoas interessadas nos assuntos sindicais e na vida orgânica da Adufg, que podem construir frentes de trabalho, pensamento e ação.

JP – Qual sua leitura das eleições da Adufg? Porque algumas unidades tendem tanto à polarização?

Rosana Borges – Nas duas eleições anteriores a essa, tivemos chapa única. Uma chapa única pode indicar a inexistência de um movimento opositor ou a sua dormência. Sabendo do histórico de divergências de princípios e conduta política que a Adufg possui, acredito na dormência do movimento opositor, que ressurgiu com a greve de 2012, talvez como fruto do desgaste que a mesma gerou. Então, para mim, a disputa no último pleito eleitoral da Adufg somente reforça o que já sabíamos: historicamente, no movimento docente da UFG, existem ao menos dois grupos que polarizam opiniões, ideologias, condutas e posicionamentos, que, há anos, disputam a direção da entidade. Ambos os grupos contam com pessoas que fundaram a Adufg, e também se renovam com maior ou menor intensidade. Como estudiosa da Comunicação, considero que as nossas ações são sempre balizadas pelos sentidos que, por sua vez, são mediados pelas relações do sujeito com o outro e com o mundo. Isso que dizer que, se uma

unidade acadêmica inteira vota na Chapa 1 ou na 2, pode existir ali uma mediação institucional muito forte, cuja ocorrência carece de análises mais aprofundadas, assim como pode ocorrer uma identificação dos indivíduos que compõem aquela unidade acadêmica com uma ou outra ideia, cuja mediação se dá na formação, por exemplo. Numa perspectiva mais genérica, considero que a polarização de opiniões é algo muito preocupante na sociedade e, mais ainda, no movimento sindical, se ela estiver relacionada a algum tipo de patrulhamento ideológico ou a algum tipo de mediação institucional totalitária, porque se for princípio que eu adote essa ou aquela postura, não vou, sequer, ouvir o que o outro tem a dizer.

JP – Como conseguiu conciliar TV UFG, RedeFES, doutorado, docência, presidência da Adufg e vida pessoal, família?

Rosana Borges – Muita gente me pergunta isso e, sinceramente, até hoje eu não sei. Como boa capricorniana de signo e ascendente, sou uma pessoa muito organizada com as minhas coisas, cobro muito de mim e procuro organizar bem o meu tempo em minutos, horas, dias, semanas, meses, anos... Talvez isso tenha ajudado. Talvez, o meu gosto pelo trabalho também seja algo a se considerar. Eu gosto de trabalhar – o trabalho é um dos maiores prazeres que tenho na minha vida! Gosto da profissão que escolhi, da função que desempenho, das aulas, dos estudantes, da gestão... Adorei ter participado do projeto de implantação da RedeFES e da TV UFG. A TV conta com uma equipe muito qualificada, de profissionais extremamente competentes e dedicados, que vestiram a camisa, além do apoio incondicional da administração e comunidade universitária da UFG. Então, as coisas foram acontecendo... e eu, quando vi, estava com uma tese defendida. Minha unidade, a FIC, nunca deixou de me apoiar, assim como o curso de Jornalismo, no qual atuo. Já na Adufg, nos períodos de escrita em si, meus colegas de diretoria seguraram as pontas. No doutorado, tenho que ressaltar que estive num dos melhores progra-

mas de pós-graduação em Geografia do país, que é o programa do IESA. Além dos excelentes professores, do companheirismo dos colegas, contei também com a inteligência e a brilhante orientação do professor Eguimar Felício Chaveiro, a quem não canso de agradecer. E, verdade seja dita, também tive um excelente auxiliar de pesquisa, a quem jamais deixarei de registrar os meus agradecimentos. Só no acervo de *O Popular* levantamos o tema Cerrado de 1938 a 2010. Estou falando do meu companheiro Huoldo, que deixou de trabalhar durante oito meses para auxiliar na minha pesquisa de doutorado. Então, a vida pessoal caminhava meio que junto a isso tudo, com envolvimento de todos, apoio da minha mãe e do meu pai, dos meus filhos. Quando eu ficava 10, 12 horas escrevendo no meu escritório, em casa, a Sofia, de 5 anos na época, arrumava um jeito de se fazer presente, o Pedro, a Luna, meus outros filhos. E não é que na minha defesa o meu orientador ainda lembrou que eu nunca deixei de ir numa festa ou comemoração? Vai ver que é um pouco da energia de Iansã também, desse jeito cigano que tenho na minha alma.

JP – Tem planos de carreira política?

Rosana Borges – Não tenho nenhum plano de carreira política e engana-se profundamente quem escreveu sobre a minha “curta carreira política”. Sou comprometida com as causas coletivas desde que tinha 12 anos de idade. Por quatro mandatos consecutivos, fui presidente do Grêmio Estudantil Damiana da Cunha, do antigo Colégio de Aplicação da UFG. Aos 15 anos de idade, fui vice-presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES). Se hoje os estudantes de Goiânia pagam meia entrada nos

“ Ser dirigente da Adufg Sindicato é uma tarefa honrosa e gratificante, seja nas grandes demandas, a exemplo da nossa última negociação salarial, na qual obtivemos o maior reajuste entre todos os servidores federais brasileiros, ou nos encaminhamentos do dia-a-dia: um sorriso aqui, um cumprimento acolá, uma troca de ideias nas esquinas da UFG ou da cidade ”

Trecho do discurso de entrega do cargo



Rosana em Brasília, quando presidente da Adufg Sindicato, em mesa de negociação do MEC com representantes do Proifes e de sindicatos de outras universidades: capital político

espetáculos e atividades culturais e meio passe nos ônibus, ou lutam pelo passe livre, foi porque a minha geração construiu isso, e eu fui uma das líderes desse movimento que guardo junto às minhas mais belas lembranças. No meu tempo de graduação na UFG, não militei no movimento estudantil porque cursei Radialismo trabalhando a tarde, fazendo estágio nas férias e criando uma filha, que hoje é estudante da EMAC e já atua como professora de musicalização infantil. Nunca me absteve da luta, e não pretendo me abster. Quando fui chamada a compor uma chapa para a diretoria da Adufg, na condição de vice-presidente da 16ª gestão, aceitei por achar que havia a presença de poucas mulheres nas diretorias da entidade. Depois, fui indicada pelo Grupo de Apoio para encabeçar a outra chapa e topei. Pretendo sempre contribuir com o nosso grupo na Adufg, porque acredito em seus princípios, ideias e condutas.

“Uma das coisas que mais me marcaram nos últimos cinco anos que estive à frente da Adufg, como diretora vice-presidente e como diretora presidente, é a gritante discriminação de gênero que, a meu ver, não deveria existir na sociedade, na universidade e tampouco no movimento sindical”

Trecho do discurso de entrega do cargo

do gramsciano do termo, o meu partido é a UFG. Não milito, portanto, em nenhum partido, mas também não voto nem na direita e nem na extrema esquerda, porque penso que, em muitos momentos, ambas acabam se encontrando.

JP – Quais seus planos acadêmicos?

Rosana Borges – Estou tentando estruturar a área de audiovisual e televisiva da FIC, para que os estudantes de Comunicação Social possam ter uma formação digna, como já ocorre no campo do impresso, da web e em outras ênfases dos cursos, especialmente o de Jornalismo, que é onde eu atuo. Então, minha priori-

dade é buscar soluções para os problemas infraestruturais e de recursos humanos que hoje enfrentamos no Estúdio de TV. Quero também pedir credenciamento no Mestrado em Comunicação da FIC, porque, como professora doutora, sinto-me chamada a contribuir. Além disso, tenho uma tese a publicar, e uma teoria a desenvolver: a do pensamento disperso. É que, no meu doutoramento, desenvolvemos o seguinte raciocínio: o modelo hegemônico de organização dos veículos jornalísticos, que é responsável pela elaboração de discursos fragmentados, leva à produção/reprodução de um pensamento disperso que encoberta e mitifica a totalidade histórico-social e os próprios acontecimentos, interferindo nas significações que criamos do mundo, e em nossas ações no próprio mundo.

JP – Como avalia a filiação da Adufg ao Proifef? Quais as vantagens?

Rosana Borges – A Adufg Sindicato não se filiou ao Proifef-Federação – ela é uma das entidades que fundou o Proifef Fórum, em 2004, e o Proifef-Federação, em 2012. Como professora de História da Imprensa, e estudiosa da História como campo trans e interdisciplinar, gosto de compreender os processos, para entender o presente. Quem é da nossa categoria e ainda não entende as profundas divergências entre Proifef e Andes, deveria fazer este movimento, porque nós criamos a Adufg muito antes de existir Andes, e depois participamos da fundação da Andes. Contudo, democraticamente, nossa categoria avaliou que a Andes deixou de nos representar, quando passou a representar todos os professores da rede federal, estadual, municipal e particular e, sobretudo, quando se partidizou. Sempre defendemos um movimento docente independente, sem interferência de partidos na sua constituição. Também compreendemos que o diálogo e a negociação são formas de luta, assim como um movimento grevista. Mas considerar a greve e o embate como a única forma

de luta é algo que não concordamos. Igualmente, não concordamos com uma minoria decidindo os rumos da maioria. Então, acreditamos em outras formas de participação, deliberação e luta. Quais as vantagens? Basta ver o que o Proifef conquistou nos últimos anos, que inclui, por exemplo, duas reestruturações de carreira e inúmeros reajustes salariais.

“O machismo é latente e, por vezes, tão sutil que passa por despercebido. Mas eu percebi e senti cada insulto, cada xingamento, cada frase composta com palavras que visavam ferir a minha condição feminina ou a minha própria existência enquanto mulher e líder sindical. Contudo, sei que não há nada mais frutífero para enfrentar a discriminação e o preconceito do que a ação”

Trecho do discurso de entrega do cargo

JP – Tendo em vista os movimentos de protesto populares de 2013, como avalia a representatividade sindical no Brasil hoje?

Rosana Borges

– Penso que as redes sociais deslocaram o lugar do debate público, que já havia migrado das praças para os veículos jornalísticos, e que hoje está apoiado em aplicativos e no próprio ambiente web. Sem dúvida, é uma mudança paradigmática, de lugar, de fala, de olhares e, principalmente, de sentidos. Os protestos populares de 2013, de 2014, contam com esse ambiente virtual de formação de opiniões, no qual um anônimo pode postar algo que vai influenciar milhares de outras opiniões. E ainda contam com a facilidade da mobilização, porque, agrupada por temas de interesse, as informações fluem com maior velocidade. Então, o que está em jogo é a visibilidade, o

lugar e o espaço do debate público. O movimento sindical precisa se antenar com a realidade contemporânea, se atualizar e, sobretudo, ser socialmente referenciado, mas não deve abrir mão da sua existência, do seu lugar de fala e da sua luta.

JP – Qual foi seu maior aprendizado durante a gestão?

Rosana Borges – Foram muitos os aprendizados. Ter sido diretora presidente da Adufg Sindicato foi uma das tarefas mais honrosas da minha existência. Não tem como sair de uma diretoria sem aprender muito sobre política, gestão, pessoas. Intimamente, saber com quem se conta talvez tenha sido o meu maior aprendizado. É muito fácil ter amizade com uma pessoa quando tudo vai bem. Na hora da dificuldade, é que os reais sentimentos se afloram. E olha que eu fiz muita amizade, tanto na UFG, quanto fora dela e em outras partes do país. Conhecer pessoas finas, elegantes e sinceras é o maior aprendizado de todos.

JP – 14 - Que perspectivas você imagina para Adufg nos próximos 10, 20 anos?

Rosana Borges – Uma entidade cada vez mais forte, atuante e socialmente referenciada, como vem sendo construído ao longo dos seus quase 36 anos de existência, porque o futuro é um porvir, uma possibilidade, cuja configuração depende do tempo presente.

Rosana brinca com a primeira página do Jornal do Professor: entusiasta da pluralidade na representação do pensamento docente, projeto foi criado e incentivado durante sua gestão



Macloys Aquino

Posse reúne influentes do movimento docente

18ª Diretoria da Adufg Sindicato reuniu professores, representantes de entidades de classe, personagens e autoridades da UFG e de Goiás em solenidade que homenageou personalidades. Presidente Flávio Alves assume com discurso de fortalecimento sindical

À mesa da posse da 18ª Diretoria Executiva da Adufg Sindicato, ocorrida no dia 27 de junho, estavam a ex-presidente Rosana Borges, o presidente Flávio Alves da Silva, o reitor Orlando Amaral, a presidente da Fapeg Maria Zaira Turchi, Eduardo Rolim (presidente do Proifes-Federação) e Fátima dos Reis, Coordenadora Geral do Sint-Ifesgo. A solenidade homenageou as coordenadoras do Grupo Travessia, Jane Sarques, do Coral Vozes da Adufg, Ormezinda Gervásio, e todos os diretores da 17ª Diretoria Executiva. Também inaugurou o novo salão do Espaço Cultural, de Lazer e Saúde do sindicato.



Flávio Alves, presidente empossado da Adufg Sindicato; Rosana Borges, ex-presidente; reitor Orlando Amaral e Eduardo Rolim, presidente do Proifes-Federação

Fotos: Frederico Oliveira



Flávio Alves

“Começa nesta gestão uma nova pauta para o interior, pois já há discussão acerca da criação de outras universidades federais em Goiás, especialmente em Jataí e Catalão. A Adufg Sindicato respeitará a vontade desses professores e lutará em todas as esferas para que as demandas sejam atendidas”.

“Rosana é uma mulher que merece todo respeito e admiração, com quem aprendi muito do movimento sindical. Mulher que às vezes foi interpelada de forma grosseira e machista durante assembleias ou reuniões e, mesmo com sofrimento, sempre ergueu a cabeça e fez o enfrentamento necessário”.

Trechos do discurso de posse



Jovens docentes aproveitam com suas famílias a festa do Quintart, que se seguiu após a solenidade de posse da nova diretoria



A presidente da Fapeg Zaira Turchi, Marco Antônio Sperb Leite, o presidente do Proifes Eduardo Rolim e Carlos Alberto Tanezini. À direita, Luciana Elias, de Jataí, é aplaudida



Nova diretoria posa para foto durante a posse: desafio de manter o protagonismo da Adufg Sindicato no movimento docente



Ex-secretária de Estado da Educação e ex-deputada federal Raquel Teixeira; ex-reitor Joel Ulhoa; sua esposa, Alice Ulhoa, e a ex-secretária da Educação e ex-reitora Milca Severino

UFG prestes à mudar regras para a carreira

Minuta de resolução para estágio probatório, progressão e promoção entrará em votação no Consuni no fim de agosto. Professores podem recorrer à comissão para sugerir mudanças

Uma nova Resolução de Estágio Probatório, Progressão e Promoção dos Docentes – documento que contém as regras de pontuação para ascensão na carreira – irá à votação no Consuni do final de agosto, não sem passar pelo teste de fogo que se formou entre modelos opostos de universidade desejados para a UFG.

A minuta da resolução, elaborada por uma comissão especial de professores, privilegia a pesquisa científica como principal critério de pontuação docente. Críticos apelidaram o documento – objeto de discussão em três audiências públicas, uma em cada regional (Goiânia, Jataí e Catalão) – de “resolução Capes” e defendem fortalecer regras que pontuam mais o ensino e a extensão.

Ocorre que pouco mais de 30 professores participaram da última audiência realizada em Goiânia, no final de junho último, no auditório IME. Isso revela apatia ou que muitos docentes talvez não saibam da importância do documento, que provocará mudanças profundas em suas relações acadêmicas e administrativas – já que até quantidade de vagas e recursos alocados por unidade dependem do desempenho docente.

“Para que um professor passe de Adjunto I para II, o que esperamos é observar o tripé ensino-pesquisa-extensão. Mas estamos supervalorizando pesquisa em detrimento disso”, criticou o professor do IME Mauricio Donizzetti Pieterzack, na audiência. “Acho temerário adotar a pós como atividade geral e mais importante da UFG”, acrescentou o professor Cássio Tavares, da Faculdade de Letras.

“Acho que não se precisa exigir do professor qualificação I ou II para subir na carreira, mas saber se ele participa de projeto de extensão, dá minicursos, palestras, se participa da vida



A fraca participação de professores na última audiência, no IME, para discutir os termos da resolução que alterará a carreira na UFG, revela apatia ou que muitos docentes talvez não saibam da importância do momento para a universidade



Pró-reitor Geci da Silva e o diretor da Faculdade de Letras, Francisco Figueiredo, membros da comissão que elaborou a minuta da resolução, conduzem audiência pública no IME

administrativa da universidade. Não tem cabimento coordenar doze projetos de extensão ser equivalente a um artigo C. A nossa resolução é a mais dura de todas as universidades, a gente mesmo é que ferra com a gente”, desabafou o professor Mauricio.

Chancela

O presidente da comissão que elaborou a minuta, o pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (Prodirh) Geci Pereira da Silva, ressaltou que o trabalho estava ali justamente para ser debatido e questionado, que a audiência não era deliberativa, mas cobrou participação mais efetiva de professores nas audiências e ressaltou que o documento só será chancelado pelo Consuni.

“Muita gente trabalha mais que outras aqui na UFG. A questão não é penalizar professores, mas valorizar quem faz, valorizar o trabalho. Se as condições de trabalho não são boas, você cria”, rebateu a pró-reitora de Pesquisa e Inovação, Maria Clorinda Fioravanti, também integrante da comissão.

“Temos 33% de professores que trabalham muito, 33% que fazem o que tem que fazer e 33% que estão em cima do piano para os outros carrega-

rem. O cara não quer fazer pesquisa, não quer fazer extensão, vai dar aula sim!”, desabafou, ressaltando que a resolução não vai pontuar participação em projetos por que isso é apenas intenção.

“Não basta ser pai, tem que participar. É totalmente diferente de projeto de extensão. Porque tem Sicad (Sistema de Cadastro de Atividade Docente) com mil horas de projetos de pesquisa, mas não tem 30 horas de produção”, asseverou a Clorinda. “Não queremos caça às bruxas, mas fazer com que a UFG chegue à sociedade”, concluiu a professora.

Disseminadora

O entendimento geral da comissão é que, ao se valorizar a pesquisa, o ensino e a extensão também seriam valorizados. A ideia é que a UFG cresceria, podendo atingir um estágio tal de produção em que se eximiria de “importar” conhecimento de fora, passando a disseminar ciência produzida em casa.

Além de Geci e Clorinda, a comissão é formada pelos professores Colemar Arruda, José Carlos Seraphin (pró-reitor adjunto da Prodirh e coordenador do Programa de Gestão Estratégica), Ronaldo Garcia (IME), Reinaldo Gonçalves Nogueira (EMC), Francisco Figueiredo (diretor da Faculdade de Letras) e Jefone de Melo Rocha (da CPPD).

Ao JP, Geci garantiu que, mesmo que tenham se esgotado as audiências, qualquer professor pode sugerir alterações na minuta da resolução diretamente na Prodirh.

Na página a seguir, o JP preparou um quadro explicativo sobre a proposta de resolução a ser discutida no Consuni, além de resumos de como são as regras na UFBA e na UnB. A discussão ocorre neste momento em várias universidades brasileiras.

“Acho que não precisa exigir do professor qualificação I ou II para subir na carreira, mas saber se ele participa de projeto de extensão, dá minicursos, palestras, se participa da vida administrativa da universidade. Não tem cabimento coordenar doze projetos de extensão valer um artigo C”

Mauricio Donizzetti, durante audiência

TRIPÉ BAMBO

Docentes criticam a proposta de resolução com as novas regras para progressão porque esta pontua mais a pesquisa, em detrimento da extensão e do ensino. A Constituição Federal estabelece que as universidades têm autonomia administrativa e didático-científica, mas devem respeitar a indissociabilidade entre as três frentes de atuação. A comissão que elaborou a minuta da resolução defende que a pesquisa, fortalecida, servirá de eixo para o crescimento da universidade como um todo.

A PROGRESSÃO NA UFG

Produção intelectual

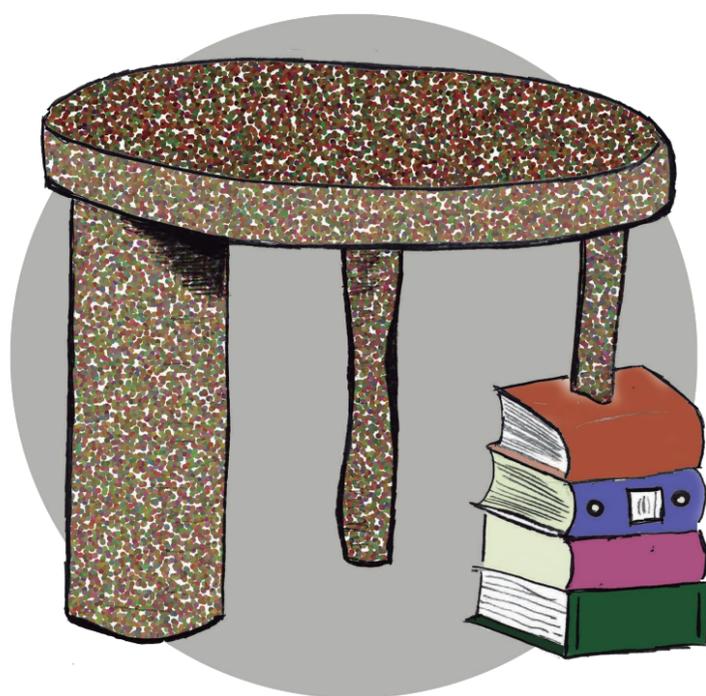
Engloba a produção científica, artística e cultural, técnica e tecnológica, dentre outros tipos.

Produção científica - De 4 a 40 pontos. No caso de periódicos não avaliados pela Capes, a Comissão de Avaliação Docente (CAD) fará tal classificação conforme parâmetros da área.

Produção artística e cultural - De 1 a 20 pontos, de acordo com o tipo de produção.

Produção técnica e tecnológica - De 3 pontos a 20 pontos, conforme o produto.

Outros tipos de produção recebem de 1 a 8 pontos. A menor nota é dada a publicação de artigos de opinião em jornais e revistas e a maior, em tese, dissertação ou trabalho de iniciação científica premiados por instituições de fomento. Neste caso, o docente pode ser o autor ou o orientador do produto



Ensino

São concedidos 10 pontos por hora aula semanal. Para aulas na graduação, basta dividir a quantidade de horas de aula por ano e dividir por 32 semanas e multiplicar o resultado por 10. Já na pós-graduação, é preciso dividir o número de horas de aula ministradas anualmente por 30 e, depois, multiplicar por 10.

Outras atividades

A minuta da UFG considera algumas atividades acadêmicas como orientação (que não é considerada juntamente com o ensino ou pesquisa) e participação em bancas e cursos. Cada aluno orientado em Prática como Componente Curricular vale 1 ponto. Já a orientação de tese de doutorado defendida e aprovada vale 20 pontos. O orientando de projeto de final de curso ou estágio supervisionado vale 3 pontos, mesmo valor da orientação de dissertação de mestrado. Participar de bancas vale entre 2 e 8 pontos, conforme a abrangência do processo. O coordenador de projeto institucional de intercâmbio internacional recebe 10 pontos por ano. Ir para congressos, seminários e encontros vale 1 ponto (pode-se acumular o máximo de 3 pontos). Já o docente que faz doutorado e tem seus relatórios de pós-graduação aprovados pode receber 12 pontos por mês.

Atividades de pesquisa e extensão

Considera atividades de coordenação de pesquisa e promoção de extensão. Coordenação de pesquisa pontua de 5 a 10 pontos, sendo melhor avaliados trabalhos com financiamento ou comprovação científica. Já a extensão pontua de 2 a 10 pontos, dependendo da atividade do professor. O participante da comissão organizadora de eventos locais recebe a menor nota, e 10 é atribuído ao presidente de eventos internacionais recebe a maior nota.

Administração representação

De 3 a 14 pontos, conforme o cargo. Já a representação fora da UFG pontua de 3 a 10 pontos. Em cargas horárias superiores a 150 horas, atribui-se 10 pontos por cada 150 h /atividades.

UFBA

Nova resolução foi aprovada em julho passado.

Ensino: entre 01 e 05 pontos por banca, 17h de aula ou atividades, por semestre ou aluno, conforme cada categoria.

Pesquisa: recebe de 01 a 25 pontos, de acordo com o tipo de atividade. Uma publicação de livro, patente aprovada pelo INPI, dentre outros, ganha a nota máxima. Já o participante de um grupo de pesquisa registrado recebe apenas um ponto por semestre.

Extensão: recebe de 01 a 10 pontos. A coordenação geral de um congresso ou curso de atualização vale a melhor avaliação.

Outros: homenagens valem de 2 a 5 pontos. Atuar em atividades editoriais garante de 04 a 15 pontos por trabalho ou semestre. A atividade administrativa e profissional também pontua, de acordo com diversas variáveis.

UNB

Ensino: as pontuações variam. Para a docência em turmas de graduação, são 12 pontos por semestre.

Orientação e bancas: varia entre 0,5 ponto (para orientação de um monitor por semestre) a 15 pontos (ao supervisor de estágio pós-doutoral). A participação em bancas, por sua vez, pontua de 2 a 10 pontos.

Produção: um artigo publicado em um periódico pode receber até 120 pontos, dependendo do reconhecimento da revista. A cada redução da classificação Qualis do periódico, reduzem-se 10

pontos da avaliação. Publicar artigos em jornais ou resumo em anais de um congresso nacional vale apenas 1 ponto.

Extensão: varia de 5 pontos por produto ou serviço (em consultoria ou assessoria, limitados a 20 pontos por semestre) ou 1 ponto por hora/aula em cursos ou minicursos (também limitado) a 100 pontos para o coordenador de projeto de extensão contínuo.

Outros: ainda pontuam a participação em colegiados, atividades administrativas, coordenação de laboratórios, estágios e residência.

ELEIÇÕES

Docentes acreditam que podem renovar a política

Professores tentam vaga na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa pelo PT

Três docentes da UFG se licenciaram por três meses para disputar as eleições deste ano, segundo o Departamento do Pessoal (DP). Os três são do PT e têm em comum um discurso de renovação e a defesa de uma reforma política – ambos defendem o plebiscito constituinte.

São eles o professor da Escola de Agronomia (EA) Edward Madureira Brasil, de 51 anos, candidato a deputado federal, e o professor do Instituto de Matemática e Estatística (IME) Humberto Clímaco, 35, que disputa uma vaga de deputado estadual.

E a professora da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) Angelita Pereira de Lima, de 48 anos, que é candidata a deputada estadual e a única entre os três postulantes que já disputou uma eleição (tentou a Assembleia Legislativa em 2002).

Aos docentes, o **Jornal do Professor** perguntou como pensam a candidatura no atual

contexto sociopolítico brasileiro, quando movimentos populares revelam descrença nas instituições tradicionais, como os partidos, o Legislativo, os sindicatos.

“O desgaste tem a ver com a incapacidade de as instituições darem respostas às demandas sociais. O modelo que elege o parlamento e os governos é ineficaz pra representar ou combater os vícios eleitorais. A candidatura nesse sistema só tem sentido numa perspectiva crítica”, diz Angelita.

Suas principais bandeiras são a luta contra a baixa participação da mulher nos espaços de poder e a crítica à perpetuação de nomes nesses espaços, briga esta comprada também pelo ex-reitor por oito anos Edward Brasil.

“Precisamos ter muito claro que as instituições são fundamentais para a democracia. Temos que melhorar as instituições e não extingui-las, isso seria retrocesso no processo democrático do país”, diz. A opinião é compartilhada por Angelita.

Financiamento

“O financiamento de campanha vai contra a democracia porque somente candidatos com vultuosos recursos é que conseguem se reeleger. Diminuir a influência do poder econômico nas eleições é fundamental para a democracia”, acrescenta Edward.

“O repúdio às atuais instituições é legítimo, pois a Constituinte de 86-88 manteve quase intactos muitos dos mecanismos de funcionamento da ditadura, inclusive a forma de eleger os representantes na Câmara dos Deputados e no Senado”, coloca Humberto Clímaco.

Esses mecanismos, emenda Humberto, “fazem com que haja uma sub-representação dos estados mais populosos, como São Paulo, por exemplo, onde o voto de um eleitor vale oito vezes menos do que o voto de um eleitor do Acre”, diz o professor que tem apoio de grupos dentro da CUT, do MST e da UNE.

Como lidam com a rejeição ao PT



Fotos: comitê de campanha de cada candidato



“Não é em relação ao PT, a rejeição tem a ver com as instituições. A rejeição ao PT é uma apropriação dessa rejeição, de setores contra o partido. Tenho tranquilidade absoluta, não é contra o PT. Mas houve um discurso institucional nesse sentido. Isso é muito perigoso porque há dez anos, a mídia e a Justiça eram as duas instituições de maior credibilidade no Brasil. Hoje não sobrou uma instituição que sirva de base de sustentação para esperança da população. Isso alimenta uma postura apolítica e o desprezo, mas se vai às ruas para reivindicar essas instituições. É um processo contraditório. As instituições devem cumprir seus papéis, isso sim”.

Angelita Lima

“Tenho sentido isso (a rejeição) nesses meses que antecederam à campanha e agora na campanha. É clara uma descrença com o PT. Foi construída, mas sem querer isentar os erros do partido, houve uma campanha liderada especialmente pela grande imprensa na desqualificação do PT. O partido que está há 12 anos no poder e tem o desgaste natural. Mas a raiz de todos os males está no financiamento de campanha. Não tem um partido que se apresente de maneira isenta dos problemas atribuídos ao PT. Só a partir da reforma política teremos partidos em que esse tipo de problema não acontece”.

Edward Brasil

“Uma coisa é a indignação de um jovem ou trabalhador com o fato de que há 12 anos o PT está no governo federal e as transformações mais profundas ainda não ocorreram. Outra é o movimento do PSDB e do PSB, e mesmo setores do PMDB, da direita mais obediente aos especuladores internacionais, que destilam seu ódio contra o PT porque querem exercer diretamente o poder para barrar ou reverter qualquer tipo de transformação feita pelos governos do PT nos últimos anos, como a valorização do salário mínimo, a mudança no modelo de partilha da Petrobrás, um maior investimento nas universidades, a Lei do Piso Salarial para os professores, etc”.

Humberto Clímaco

Encantos Cerrados

Professora do ICB monta exposições com fotografias que contrapõem beleza e encantamento à ideia de que o Cerrado é mato

Tatiana Fiuza é professora de Anatomia Humana do ICB e desde que começou suas pesquisas em Biologia Molecular, utiliza o fotomicroscópio, uma câmera acoplada ao microscópio, para captar imagens científicas.

Também fez fotos anatômicas. Mas quando começou a pesquisar plantas medicinais e teve de meter-se no Cerrado em busca de espécies, encantou-se. Comprou uma câmera profissional e da fotografia científica começou com a foto artística.

Daí que um projeto de pesquisa em plantas medicinais se tornou o projeto de extensão "O Cerrado e suas faces: Conscientização da comunidade sobre a importância da preservação ambiental por meio da arte", em curso há um ano e meio.

Neste período – junto aos professores Pierre Alexandre dos Santos (FF), Heleno Dias Ferreira (ICB) e Salvador de Carvalho (ICB) –, Tatiana juntou belíssimas imagens de troncos, flores e pequenos animais, detalhes escondidos da Serra dos Pirineus, em Pirenópolis.

O acervo virou a exposição "Belezas ocultas do Cerrado: para além dos olhos cerrados", que já teve duas edições. "As pessoas estão com olhos fechados para o Cerrado", diz a professora, contando ao **JP** os detalhes de como capturou cada fotograma, durante a exposição na Secretaria Municipal de Cultura, em julho.

"O segundo maior bioma brasileiro tem sofrido um processo de degradação, sendo substituído por pastagens e monoculturas, hidrelétricas e cidades, o que tem dizimado sua flora e fauna", reflete Tatiana.

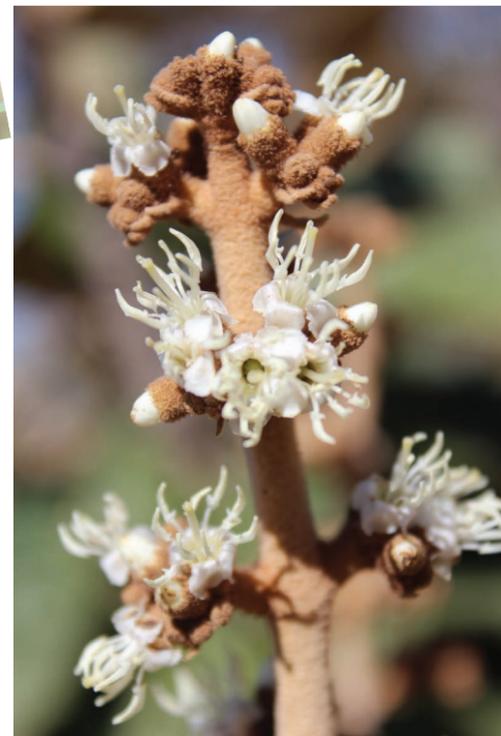
O objetivo das exposições – no Centro de Livre de Artes no início do ano, na Secult em julho e provavelmente na sede da Adufg Sindicato no segundo semestre – é sensibilizar para a preservação do Cerrado, contrapondo beleza e biodiversidade à ideia de mato que deve ser queimado ou capinado.



Inflorescência vermelho-laranja da Gomphrena officinalis



Flor da Vellozia flavicans Mart ex Schult – Velloziaceae, conhecida como "Canela-de-ema"



Miconia ferruginata exhibe a beleza das pequenas flores



Gafanhoto visita flores de Hortia oreadica



Flor da Tibouchina candolleana, conhecida popularmente como Quaresmeira



Tatiana na exposição "Belezas ocultas do Cerrado: para além dos olhos cerrados", na edição da Secult

Macloys Aquino



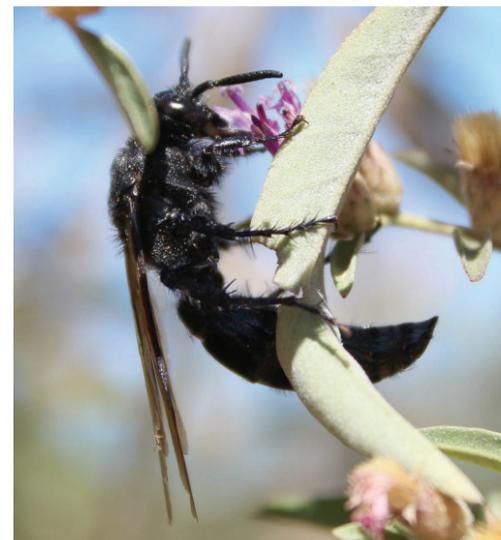
Flores brancas da goiabinha do campo contrapõem o azul do céu na serra

Flor da Kiehmeyera speciosa, conhecida como corticeira



Semente começa brotar sobre arame farpado

Fotos: Tatiana Fiuza



Vespa visita flores de Asteraceae: biodiversidade e beleza

JUAREZ COSTA BARBOSA

Romantismo vive na memória

Aposentado do antigo ICHL, professor de Filosofia da História remonta passagens da vida durante os mais de 60 anos vividos em Campinas, Goiânia. Ele e a família foram obrigados, assim como tantos pioneiros, a abandonar o bairro por causa do comércio

A vitrola e o CD player estão sem uso já há algum tempo. Ficam parados próximos a um oratório em cerejeira adornado à mão e de um jogo de poltronas alemão, peças da época do casamento, que decoravam a antiga casa de Juarez Costa Barbosa em Campinas, Goiânia.

Não se sabe por quanto tempo ainda os discos de Carlos Gomes ou de cancionistas como Vicente Celestino ou Sílvio Caldas ainda ficarão guardados. Será o tempo da recuperação da audição do professor aposentado do antigo ICHL – hoje Faculdade de História.

Desde 1951 no bairro, Juarez foi obrigado, assim como tantas outras famílias pioneiras, a mudar-se de Campinas. Porque o comércio, o tumulto, a fumaça dos carros, a sujeira e principalmente o barulho destruíram aquele que era o vilarejo mais romântico de Goiânia.

A antiga casa do professor até que suportou bastante. Da Rua Jaraguá, foi uma das últimas a resistir à voracidade do capitalismo. Levantadas nos anos 60, as largas paredes de tijolo à vista daquele fresco e aconchegante sobrado foram ao chão que desde o ano passado serve de estacionamento.

“Aquilo (o comércio) começou a matar a população. Enquanto Goiânia se multiplicava, Campinas secava. Não tem mais passeio, você não consegue ler um livro, porque os autôfalantes das lojas estão no seu ouvido o dia inteiro. Hoje é uma cidade desértica, fui um dos últimos retirantes”, diz Juarez.

Rock

Dos 62 anos vividos no bairro, a antiga Praça Joaquim Lúcio, repleta de jardim, é que saltam à memória de Juarez. Era onde os rapazes ficavam em torno, enquanto as moças davam voltas no passeio, como se fosse uma grande vitrine. Chamavam isso de “vai-vem”.

Ali, moças e rapazes paqueravam e faziam amizades, enquanto esperavam a sessão do Cine Campinas, uma

das cinco salas à época. Havia ainda o Cine Eldorado, Cine Avenida, Cine Santa Helena e Cine Rio. Hoje não há cinema em Campinas.

“O vai-vem era melhor (que os cinemas)”, conta rindo o professor. “Melhor que o vai-vem eram as serenatas. Os rapazes saíam pelas madrugadas, as moças deixavam aperitivos na janela e os meninos cantavam”. Ainda não havia chegado o rock.

Juarez repudia o rock. Porque é estímulo exclusivo para o movimento e não para a reflexão, considera. “Uma época foi perdida. O movimento jovem de 1968 na França e nos Estados Unidos foi um grande problema para humanidade. A juventude destruiu valores. Precisávamos realmente de mudanças, mas não houve outros valores no lugar”, diz.

“A minha época era mais cabeça e coração que corpo, que movimento. A

gente localizava o mundo numa canção, numa seresta. Hoje não tem isso mais. A revolução tirou a cabeça e botou o corpo. Eu dizia isso para os meus alunos na UFG: ‘lamento por vocês’”.

Imagem

“O coração batia forte em Campinas”, diz Juarez. Era mais amor, menos desejo. “A gente era romântico, era utópico, éramos surrealistas, íamos aos páramos da imaginação. A gente sentava pra ouvir música. A música hoje é alegre, mas ela não te leva à concentração. Eu gosto de som, mas hoje as pessoas só querem imagem. Eu gosto da imagem, mas a que eu crio quando leio, quando escuto uma canção”.

“Para a gente havia um passado e um futuro. Para a juventude hoje só há presente”, sentencia o professor. A revolução de 1968, da razão e do capitalismo, refletiram na perda da esperança que havia em Campinas. Hoje Juarez mora no Parque Anhanguera com a família. Está feliz, mas o romantismo de suas memórias permanecem na antiga Campinas.

Macloys Aquino



Juarez na mesa que comprou assim que se casou com Maria Eunície, nos anos 60, e que era um dos móveis mais atraentes da antiga casa: “O coração batia forte em Campinas”

“Nos livramos do FMI, apesar dos erros do Lula”

Filho de pai prestista – “aquela geração era mais prestista que propriamente comunista, a palavra de Luiz Carlos Prestes era palavra de ordem”, diz – Juarez Barbosa votou no marechal Henrique Teixeira Lott para presidente, em 1960.

“Tenho certeza de que, se tivéssemos elegido o Lott e não o Jânio Quadros, que era um louco, o Brasil seria diferente. Apesar de ser um militar, era um homem honesto, fez com que Juscelino tomasse posse e foi contra a queda de João Goulart, os comunistas os apoiavam”, reflete.

Ex-titular da cadeira de Filosofia da História na UFG, onde lecionou de 1966 a 1993, o professor é antenado à movimentação política local, nacional e internacional. Traça hipóteses e palpites para cada passo de líderes.

“Esses dias, conversando com uma professora da faculdade, ela me disse que o pai era favorável ao Hitler. Não era nazista, mas achava que, se o Brasil se aliasse e a Alemanha ganhasse a guerra, o Brasil seria independente dos EUA. Apesar de todos os erros do Lula, nós nos livramos dos EUA e dos FMI”, diz.

“ A gente era romântico, era utópico, éramos surrealistas, íamos aos páramos da imaginação. A gente sentava para ouvir música. A música hoje é alegre, mas não leva à concentração. Eu gosto de som, mas hoje as pessoas só querem imagem. Eu gosto da imagem, mas a que eu crio quando leio, quando escuto uma canção. Para a gente havia passado e futuro. Hoje só há presente

”